

UTILIZAÇÃO DA RAIS PARA AVALIAÇÃO DO POTENCIAL DE CONSUMO NO INTERIOR PAULISTA

Paulo de Martino Jannuzzi¹

1 - INTRODUÇÃO

Não parece haver dúvidas na literatura jornalística e mesmo na acadêmica, de que o interior paulista despontou e se consolidou, na década passada, como o segundo maior mercado consumidor nacional. Enquanto o PIB nacional patinava nos US\$ 300 milhões, e o PIB "per capita" amargava uma estagnação por volta dos 2.000 dólares, o interior paulista ampliava sua participação no bolo da produção e consumo nacional. Cidades como Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Bauru são constantemente citadas como importantes centros regionais de consumo e de grande viabilidade comercial. Outros municípios menores como Americana, Limeira e Araras são também lembrados quando, à margem dos números absolutos, se considera potenciais relativos, de acordo com o tamanho das suas populações.

As divergências quanto à potencialidade comercial da região aparecem quando se começa a discutir qual dos municípios reúne as melhores condições para desenvolvimento de novos negócios ou para consumo de produtos e serviços. E não é para menos, já que, de início, é preciso reconhecer a complexidade de se encontrar critérios de mensuração de potencial mercadológico que sejam válidos para uma gama variada de atividades econômicas. A prática empresarial tem demonstrado que os requisitos e condições para sucesso de um novo negócio ou produto podem variar bastante. Nos EUA, por exemplo, há empresas que "geocodificaram"- segmentaram- o mercado consumidor americano em mais de 40 grupos, e prestam serviços de fornecimento de informações para fins comerciais "sob medida", buscando o "geo-estrato" potencialmente mais interessante para o tipo de produto ou demanda do requerente (Kotler, 1992, p.308).

No Brasil, a avaliação de potencial de consumo ou de viabilidade de novos negócios em uma região ou município, longe de ser um exercício "quase-determinístico", é uma atividade de risco, cercada de suposições não plenamente testadas e palpites baseados em algumas tendências observáveis. Na falta de uma "geocodificação do mercado consumidor" com base nos hábitos de consumo e estilo de vida- como o acima descrito- procura-se balizar a avaliação do potencial de consumo local ou regional com o emprego de uma série de indicadores quantitativos, representativos das condições sócio-econômicas e empresariais presentes. A qualidade do estudo do potencial de consumo tem

1 Professor do Departamento de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas - FCECA/PUCCAMP. Doutorando em Demografia no IFCH/UNICAMP.

relação direta, portanto, com a variedade, abrangência e atualidade dos dados disponíveis para a região.

Em trabalho anterior (Jannuzzi 1993), pudemos constatar a lacuna existente com relação à disponibilidade de indicadores atualizados de algumas dimensões sócio-econômicas para micro-regiões e municípios brasileiros no período inter-censitário. Algumas áreas parecem mais bem servidas, como São Paulo e outros estados do Sul-Sudeste, mas as estatísticas anuais disponíveis limitam-se a retratar a oferta de infra-estrutura urbana (ligações elétricas, de água, de telefones), de prestação de serviços de saúde (leitos, profissionais alocados, mortalidade) e a situação das finanças públicas, coletados diretamente das prefeituras, concessionárias de serviços públicos, cartórios e hospitais. Dados sobre o rendimento médio familiar ou escolaridade da população na totalidade dos municípios não são levantados diretamente por nenhuma pesquisa de abrangência nacional ou estadual nos 10 anos que separam os Censos Demográficos.² Como se sabe, o plano amostral das PNADs- Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios- não permite a desagregação de seus resultados a nível municipal, a não ser para as capitais estaduais.

Em geral, quando se precisa de uma medida-resumo mais atualizada da renda média municipal toma-se o quociente do Valor Adicionado do ICMS pelo total da população, chegando-se a uma estimativa da renda "per capita" municipal. A analogia desta medida com a renda "per capita" nacional, derivada da divisão do PIB pela população do país, é muito grande, já que o Valor Adicionado do ICMS corresponde, "para cada município, ao valor das saídas das mercadorias, acrescido do valor das prestações de serviços no seu território, deduzido o valor das entradas de mercadorias, em cada ano civil" (Seade 1993,p.7). A analogia não se dá apenas a nível conceitual, mas se estende pelas imprecisões do seu levantamento (devido à significativa informalização das trocas econômicas) e pelas limitações de sua aplicabilidade como medida efetiva de nível de renda percebido pela população. Ocorre que, tal como o PIB, o Valor Adicionado do ICMS engloba juntamente com a renda das pessoas físicas, a renda auferida pelas empresas e os tributos arrecadados pelo Governo (nas suas 3 esferas). Neste sentido, para avaliação do potencial de consumo das famílias, o Valor Adicionado do ICMS "per capita" é um indicador muito pobre.

Procurando contornar esta precariedade de informações atualizadas sobre rendimento e escolaridade a nível municipal, os estudos de potencial de consumo procuram se utilizar de indicadores sócio-econômicos indiretos que, em maior ou menor grau, apresentam-se correlacionados com estas variáveis (renda e instrução). Um exemplo recente de estudo de viabilidade mercadológica em municípios brasileiros, a partir de indicadores indiretos, foi o realizado pela Simonsen e Associados (vide Exame de 26/05/93). A partir de um conjunto de 10 variáveis como população, quantidade de profissionais de nível superior, número de telefones, ligações elétricas, a empresa classificou os municípios brasileiros com mais de 150 mil habitantes segundo a sua "atratividade" potencial para novos negócios e expansões. Uma outra pesquisa digna de menção, com objetivos voltados a medir o "nível de desenvolvimento municipal"- e não o potencial mercadológico- é a realizada anualmente pela Revista Dirigente Municipal desde 1974³. No volume de Dezembro de cada ano, a Revista traz

2 Diga-se de passagem, no entanto, que, felizmente, isso parece estar mudando, com a iniciativa do NEPO/UNICAMP, em projeto conjunto com a PUC/SP, de implementar uma pesquisa amostral no Estado de São Paulo para levantamento, entre outras informações, da situação sócio-econômica nos municípios no período inter-censitário.

3 No momento, a publicação da revista está suspensa, assim como outras editadas pelo grupo DCI.

a relação dos "500 municípios mais desenvolvidos do Brasil", classificados segundo uma combinação de variáveis sócio-econômicas, de infra-estrutura urbana e de desempenho econômico-financeiro municipal. No campo da Pesquisa Social, há, ainda, vários trabalhos que buscam categorizar os municípios segundo a Condição ou Qualidade de Vida de suas populações, empregando também medidas-resumo da realidade social e econômica presentes (Agune 1991, Albuquerque e Vilela 1991, Comune e Campino 1980). Ainda que os objetivos destes trabalhos de mensuração do "Desenvolvimento Municipal" ou de avaliação da "Qualidade de Vida" sejam distintos dos estudos de potencial mercadológico, a metodologia empregada -e, eventualmente, os resultados- apresentam muitas semelhanças. Assim, tais pesquisas não podem ser ignoradas no processo de planejamento de Marketing, pois contribuem com uma outra visão da realidade multi-facetada com que os mercadólogos lidam.

Com o objetivo de agregar mais um indicador sócio-econômico relevante para estudos de potencial de consumo a nível municipal, este trabalho discute a utilização das informações sobre o rendimento médio mensal dos empregos, disponível na Base de Dados RAIS do Ministério do Trabalho. Faz-se aqui, a aplicação dos dados da RAIS para avaliação do potencial de consumo de uma amostra intencional de municípios paulistas. Antes de apresentar os resultados da aplicação, convém, primeiro, discutir alguns aspectos relacionados às características e limitações metodológicas da Base RAIS- aspectos estes que explicam, em parte, a sub-utilização da fonte em pesquisas, de modo geral.

2 - RAIS COMO FONTE DE DADOS PARA PESQUISA: CARACTERÍSTICAS E LIMITAÇÕES

A Base de Dados RAIS é constituída e atualizada a partir dos formulários ou fitas magnéticas que as empresas e empregadores de mão-de-obra são obrigados a enviar, anualmente, ao Ministério do Trabalho por força do Decreto 76.900/75. Estes formulários RAIS- Relação Anual de Informações Sociais- dispõem de dados sobre a quantidade de empregados, funções exercidas, número de admissões, de desligamentos, escolaridade e salários dos empregados. O sistema RAIS é, pois, em tese, um censo administrativo sobre mercado de trabalho, já que, pelo decreto acima referido, "todos estabelecimentos e pessoas físicas que, mesmo não tendo organização empresarial, tenham mantido como empregadores alguma relação de emprego, em algum momento do ano, devem apresentar, no início do ano subseqüente, declaração anual à RAIS". (Ministério do Trabalho 1989, p.9)

Na prática, como apontam diversos trabalhos (Sabóia e Tolipan 1985, Ipardes 1987, Azevedo 1985) a RAIS é um retrato parcial do mercado de trabalho brasileiro, não representativo em termos globais, regionais e setoriais. De início, é preciso levar em conta que a RAIS, pela sua própria regulamentação, exclui do seu universo trabalhadores autônomos e empresários sem vínculo empregatício formal com sua organização. Além disso, sendo um registro administrativo usado para calcular as quotas de PIS/PASEP de cada empregado, só disporá de informações sobre a mão-de-obra formalmente registrada, ou melhor, dos empregados com carteira assinada. Excluem-se, portanto, do levantamento da RAIS uma grande fatia do mercado de mão-de-obra, dos empregados sem vínculo formal (historicamente cerca de 40 % dos empregados a nível nacional). Desta forma, o universo potencial de pesquisa da RAIS é delimitado, na melhor das hipóteses, pelo quantitativo levantado nas PNADs- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios- de pessoas ocupadas, na posição de empregados, com carteira assinada. Dados da PNAD de 1988, relacionavam nesta categoria

22.777.969 pessoas, de um total de 38.802.675 de empregados e de 58.728.534 de pessoas ocupadas no país. De fato, o número de empregos relacionados pela RAIS de 1988 foi de 23.661.139⁴.

Estudos de Reinhard (1986) e dos já citados Sabóia e Tolipan, mostram que a cobertura do mercado de empregados com carteira assinada pela RAIS, em termos dos grandes agregados regionais, parece ser boa. Em termos menos agregados, como estados e capitais, já não se pode dizer o mesmo - a variabilidade da cobertura é grande. Ainda que não haja uma avaliação da representatividade dos dados da RAIS em mercados locais de mão-de-obra, é de se esperar que também seja muito variável de município para município. Quanto à cobertura do mercado de trabalho formal por setor de atividade econômica, a RAIS alcança um percentual menor de trabalhadores na agropecuária e um maior no comércio, serviços, administração pública e indústria de transformação⁵.

Com relação à qualidade das informações, Reinhard acredita que haja vulnerabilidade apenas quanto aos dados de escolaridade e ocupação, pela falta de atualização da primeira nas empresas e pelo ainda desconhecimento da CBO- Classificação Brasileira de Ocupações- pelos empregadores. Dados cadastrais dos empregados e a remuneração seriam, para o autor, confiáveis, pelo vínculo da RAIS com o PIS/PASEP.

Assim, com base nestas considerações, a variabilidade na cobertura local do emprego formal pela RAIS parece ser uma limitação importante a ser considerada para seu uso como fonte de dados para nossa aplicação (estimação do rendimento médio mensal dos empregados com carteira assinada no município) e mesmo para qualquer outra. Esta limitação se acentua se lembrarmos que, por definição, a RAIS registra o emprego no município onde se localiza a empresa, e não onde o empregado que o ocupa reside. Em municípios sujeitos à migração pendular a limitação é ainda mais séria.

Até que ponto estas limitações da fonte permitem ou inviabilizam seu emprego para nossa aplicação, é uma questão que não temos, no momento, condições de responder de forma definitiva. O que nos dá algum alento, é o fato de que algumas publicações oficiais (SEADE 1993, por exemplo) trazem estatísticas municipais levantadas pela RAIS (estimativas municipais sobre a população ocupada no comércio, serviços e indústria, principalmente). Outro aspecto que nos impele a prosseguir com a aplicação, é o fato de que nosso objetivo é fornecer mais um indicador para estudos de Potencial de Consumo, que precisa ser cotejado com uma série de outros, alguns deles com uma validade externa muito maior como medida representativa de suas dimensões sócio-econômicas. Não se está propondo aqui um indicador substitutivo ou de importância maior do que outros, pois como já se registrou nestas páginas, a avaliação do Potencial de Consumo não é um exercício de análise univariada.

4 A pequena vantagem do quantitativo da RAIS sobre a PNAD se explicaria pelo fato de que a unidade de investigação da primeira é o emprego, enquanto que na segunda é o empregado (na família). Um empregado pode ter mais de um emprego- não o contrário- sobre-enumerando este último em relação ao primeiro. Além disso, há que se considerar que os dados da PNAD resultam de um levantamento amostral, subentendendo, assim, uma pequena margem de variação nas estimativas.

5 É instigante pensar como os empregos enumerados na RAIS podem ultrapassar os empregados com carteira assinada se sua cobertura não é universal nos estabelecimentos agropecuários, na construção civil, etc.

3 - POTENCIAL DE CONSUMO EM UMA AMOSTRA DE MUNICÍPIOS PAULISTAS

Para a aplicação a que nos propomos, utilizamos uma base de dados já constituída⁶, para a qual se dispunha de dados de uma tabulação especial solicitada ao MTb, sobre a distribuição de empregos segundo classes de rendimento médio mensal em 1988 em vários municípios. O conjunto de municípios aqui tratado não configura uma amostra representativa do universo de municípios paulistas, mas congrega realidades sócio-econômicas muito típicas no contexto paulista da década passada.

Na tabela 1, apresenta-se os municípios da amostra, ordenados decrescentemente pelo valor da Mediana do Rendimento médio mensal dos empregos em cada município, juntamente com uma série de outros indicadores de avaliação de Potencial de Consumo. Os dados da RAIS permitem não apenas estimar o rendimento médio do trabalho, como também conjecturar sobre a segmentação sócio-econômica do mercado consumidor local, a partir da distribuição dos rendimentos. Como se observa nas três últimas colunas da tabela 1, a segmentação do mercado consumidor adquire configurações bastante diferenciadas entre os municípios.

É interessante observar que, para a amostra de municípios em questão, há uma boa compatibilidade da classificação de Potencial de Consumo definida pelo Rendimento mediano calculado pelos dados da RAIS com a proporcionada pelas outras medidas (Renda familiar do Censo 1980, População, Valor Adicionado, Valor Adicionado "per capita"). Como mostra a tabela 2, o Rendimento Mediano-RAIS só não se mostra "rank-correlated" com a classificação ordinal fornecido pela Revista Dirigente Municipal (em que a preocupação não é o Potencial de Consumo, mas o Desenvolvimento Municipal). Dada a já aludida inaplicabilidade das classificações generalistas de Potencial de Consumo para todas situações de interesse mercadológico, abstermo-nos de buscar uma medida-resumo ordenatória. Não deve escapar à análise, no entanto, que São Caetano, Piracicaba, Bauru e São Carlos, para citar alguns municípios, apresentam, em geral, indicadores de potencialidade comercial superiores à média do conjunto.

4 - CONCLUSÃO

A inexistência de levantamentos mais frequentes de estatísticas municipais impõe aos pesquisadores de "Qualidade de Vida" ou de "Potencial Mercadológico" local, a busca de toda informação mais atualizada disponível, ainda que parcial e limitada. Neste sentido, a RAIS parece ser uma das poucas fontes a explorar. A viabilidade e a utilidade de seu emprego como mais uma medida quantitativa para avaliação da potencialidade comercial de municípios está ainda para ser demonstrada na prática. Neste trabalho, procuramos, tão-somente, colocar a questão. Os resultados obtidos com a amostra, longe de serem generalizáveis, conferem, ao menos, a validade da questão como objeto

6 Base de dados do projeto de dissertação de mestrado do autor na EAESP/FGV. Compõe-se de vários indicadores sócio-econômicos de 28 municípios paulistas, selecionados dentre todos aqueles que tinham, em 1980, população entre 50 mil a 250 mil habitantes, taxa de urbanização maior ou igual a 70 % e com taxa de crescimento anual médio de 1970 a 1980 menores que a média observada no estado. Tais características acabam por conformar uma amostra de municípios com problemas potencialmente menores no que diz respeito à aplicabilidade da RAIS.

de estudo científico.

Tabela 1 : Indicadores de Potencial de Consumo para Municípios da Amostra

Município	Rend.(1) Mediano		Val. Adic. 88 (2)	Popul. est. 1988	Valor Adic. per capita	# DM 88 (3)	Distr % do Merc. Consumo (4)		
	Rais 88	Censo 80					pop	med	sof
S.Caetano Sul	3.83	7.10	452144	153510	2945.4	59	57.7	35.6	6.7
Botucatu	3.32	3.95	72885	82.419	8884.3	5	73.0	23.1	3.9
Piracicaba	3.20	4.77	411308	262394	1567.5	55	69.7	25.8	4.5
Bauru	2.91	4.26	181957	237518	766.1	64	74.6	21.0	4.5
S.Carlos	2.91	4.41	256305	146349	1751.3	23	77.0	17.7	5.3
Mogi Mirim	2.88	4.08	124433	60498	2056.8	85	83.2	14.5	2.3
Araras	2.74	4.27	196610	80463	2443.5	1	82.1	16.2	1.7
Araraquara	2.71	4.34	255692	154995	1649.7	19	78.6	17.8	3.6
Rio Claro	2.70	4.04	195843	129368	1513.8	44	77.9	18.7	3.4
Cruzeiro	2.67	3.37	94161	65530	1436.9	158	69.9	22.8	7.3
Lorena	2.47	3.56	44416	68415	649.2	237	78.2	18.7	3.1
Araçatuba	2.29	3.57	117336	150578	779.2	43	87.2	10.6	2.2
Jaú	2.26	3.95	113142	88090	1284.4	72	91.3	7.8	0.9
Tatuí	2.23	3.22	46577	70051	664.9	203	87.4	11.1	1.5
Braganca Pta	2.22	3.35	85619	101167	846.3	208	84.9	12.7	2.4
Pres.Prudente	2.21	3.66	89906	157079	572.4	156	87.1	10.6	2.2
Guaratingueta	2.21	3.67	106957	97025	1102.4	83	76.0	19.8	4.2
Marília	2.19	3.63	116013	148905	779.1	16	88.0	9.9	2.1
S.João B.Vista	2.09	3.44	64618	65199	991.1	33	90.3	8.5	1.2
Assis	2.00	3.35	67570	79900	845.7	108	89.3	8.7	1.9
Catanduva	2.00	3.52	69708	87159	799.8	11	89.4	9.4	1.2
Barretos	1.96	3.44	53345	88589	602.2	120	89.2	9.5	1.3
Lins	1.94	3.44	26538	56895	466.4	49	88.3	9.7	2.1
Itapetininga	1.92	3.06	67861	98926	686.0	430	91.8	7.2	1.0
Tupã	1.91	2.94	26614	60071	443.0	73	90.6	8.0	1.4

Tabela 1 : Indicadores de Potencial de Consumo para Municípios da Amostra

Município	Rend.(1) Mediano		Val. Adic. 88 (2)	Popul. est. 1988	Valor Adic. per capita	# DM 88 (3)	Distr % do Merc. Consumo (4)		
	Rais 88	Censo 80					pop	med	sof
Ourinhos	1.81	3.35	76537	71721	1067.1	39	92.4	6.5	1.1
Votuporanga	1.78	3.13	31125	61919	502.7	211	89.5	8.7	1.8

Fontes: Anuário Rais 88, Censo Demográfico 1980, Perfil Municipal 1993, Revista Dirigente Municipal Dez/88

Notas :

- (1) Rendimento Mediano Rais 88 em Piso Nacional de Salários (PNS), Rendimento Familiar Mediano pelo Censo 80 em Salários Mínimos
- (2) Em Cr\$ 1.000 de 1991
- (3) Posição dos municípios no ranking nacional da pesquisa "500 municípios "da Revista Dirigente Municipal Dez./88
- (4) Na segmentação do Merc. Consumo tomou-se como critério:
 - Consumo popular* : empregos relacionados na RAIS 88 com rendimento médio mensal até 5 (exclusive) PNS
 - Consumo médio* : empregos rel. RAIS 88 com rendimento médio mensal de 5 a 15 (exclusive) PNS
 - Consumo sofisticado* : empregos rel. RAIS 88 com rendimento médio mensal igual ou maior a 15 PNS

Tabela 2: Coeficientes de Correlação de Postos de Spearman e resultado do Teste de Hipótese sobre Ho: não há correlação com Rendimento Mediano Rais 88, com níveis de significância de 1 e 5%

	Rs	Tc	Niv.Sig.	
			1%	5%
Rend. Mediano Censo	0.82	7.24	Rej	Rej
Valor Adicionado ICMS	0.76	5.79	Rej	Rej
Valor Adic. ICMS "per capita"	0.67	4.48	Rej	Rej
População	0.46	2.64	Rej	Rej
Ranking da Rev.Dir.Municipal	0.29	1.53	Act	Act

Notas:

Rs: Coef. Spearman Tc: Estatística para Teste Hip.

Rej: Rejeito Ho, isto é, há indícios de que há, de fato, correlação entre as variáveis

Act: Aceito Ho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, R.C. e VILELA, R. (1991) *A Situação Social do Brasil: um Balanço de Duas Décadas* in Velloso, J.P.Reis(org) *A questão Social no Brasil*. São Paulo, Nobel.
- AGUNE, Antonio Celso (1991). *Perfil Sócio-Econômico da Grande São Paulo: Documento de Trabalho Fundap*. Sao Paulo, FUNDAP.
- AZEVEDO, Beatriz.(1985) O Emprego no Rio Grande do Sul: RAIS, PNAD e PME. Porto Alegre, FEE.
- COMUNE, A.E e CAMPINO, A.C. (1980) *Indicadores de Qualidade de Vida Urbana*. Trabalho para discussão interna n. 8. São Paulo, FEA/IPE/USP.
- IPARDES/ FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA (1987). *Avaliação do Alcance e Limites da RAIS e lei 4923/65*. Curitiba, IPARDES.
- JANNUZZI, P.M. (1993) "Fontes de Indicadores Sociais para Marketing" in *CADERNOS DA FCECA*, V2. N.1.
- KOTLER, Philip. (1992) *Administração de Marketing*. São Paulo, Atlas.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO. (1989) *Anuário RAIS*. Brasília, MTb.
- REINHARD, Nicolau. (1986) PALESTRA: RAIS. material não publicado, disponível no arquivo da FIA/FEA/USP.
- SABÓIA, João L.M. e TOLIPAN, Ricardo M.L. (1985). *A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Mercado Formal de Trabalho no Brasil*. Texto para discussão n.67. RJ, UFRJ/IEI.
- SEADE (1993). *PERFIL MUNICIPAL 1980-1992*. SP, Seade.